

## MAPA DA RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PAROCHIAES E MUNICIPAES DO CONCELHO

(1 de Fevereiro de 1858)

*Relação dos Cemitérios Parochiaes e Municipaes do Concelho da Póvoa de Varzim*

Cemitérios existentes		Cemitérios em construção		Propriedade	Observações
Parochiaes	Municipaes	Parochiaes	Municipaes		
1	1	1	1	Parochiaes	<p>Com todos os frequentes verões os corpos dos mortos de cemitérios, e até para os que se fazem para os frequentes que se fazem nos campos e outros locais, fora d'ellas, e que também se fazem simultaneamente na Colónia da Póvoa de Varzim, e para os frequentes de outros cemitérios que existem.</p>
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	
1	1	1	1	Parochiaes	

*Administrador do Concelho da Póvoa de Varzim d' 1 de Fevereiro de 1858*  
*C. Administrador*  
*(Assinatura) Agostinho Lourenço d'Almeida*

Um assunto “menos simpático” mas não de menos relevância, mais um documento do arquivo público da Administração do Concelho (de 1788 a 1944) \* pertencente à série documental Copiador dos Mapas \*. Trata-se de uma relação detalhada dos cemitérios paroquiais e municipais existentes no Concelho da Póvoa de Varzim na 2ª metade do séc. XIX. Também definido como dormitório, o cemitério é lugar de enterramento dos corpos dos defuntos, prática esta atestada pela mais antiga tradição. As catacumbas eram cemitérios. A crença na ressurreição final levou os cristãos a adoptarem esta forma, recusando a prática de certos povos de cremarem os corpos ou de os abandonarem insepultos. Só a partir do séc. XIX se generalizaram os cemitérios como espaços públicos de enterramento; anteriormente, eram propriedade de pessoas singulares ou de comunidades. Verificou-se a tendência para sepultar os corpos no interior ou nos adros das igrejas, o que passou a ser proibido por motivos de saúde pública, admitindo contudo excepções. Os primeiros cemitérios eram benzidos, pelo que eram considerados lugares sagrados. Com a sua laicização, a bênção passou a dar-se a cada campa, na altura do funeral.

Antigamente o acto de sepultar assumia contornos bem diferentes de hoje em dia, de acordo com excertos das Actas Camarárias \*- Vereação de 2 de Julho de 1689, de 7 de Setembro de 1697 e de 6 de Dezembro de 1698 \*, temos registo de pedido de licenças para enterramentos na antiga Igreja Matriz, o que indica que havia a necessidade de pedir autorização ao Senado da Câmara para se efectuarem ou abrirem sepulturas na Igreja. De realçar que a Câmara era a fabriqueira da antiga Igreja Matriz e mais tarde, em 1757, também o foi da nova, logo lhe cabia o direito de passar licenças para enterramentos na dita Igreja.

Segundo a Vereação de 25 de Novembro de 1795 \*, para o enterramento dos defuntos no interior das igrejas eram tomadas certas medidas, o coveiro teria que ter cuidado ao abrir as tampas, pois podiam-se encontrar imagens desagradáveis e pelo mau cheiro, e o de não se enterrar os corpos uns sobre os outros. Possuiria um registo com as sepulturas, o dia, o mês e o ano em que foi sepultado cada cadáver. O sacristão teria que possuir um livro onde era registado o número de campas. Quando ao pároco, cabia-lhe o indicar o local onde haveriam de ser sepultados, em caso das campas se encontrarem todas ocupadas. Quer o coveiro, quer o sacristão incorriam em multas, aplicadas pela Câmara, caso não cumprissem o seu regimento.

Após a construção da nova Igreja Matriz em 1757, a antiga Matriz passa a pertencer à Santa Casa e a possuir a designação de Igreja da Misericórdia. Continua-se a enterrar no seu interior e também no adro se procedia a enterramentos. Não temos dados que nos indiquem a data de quando começaram a sepultar no interior da Igreja mas temos os que indicam quando começaram as inumações no seu adro. Segundo Acta da Câmara de 6 de Maio de 1826 \*, aquando da bênção do adro desta nova Igreja o Arcebispo concede licença ao pároco para se efectuarem aí enterramentos. Mas de acordo com o Copiador dos Mapas de 8 de Novembro de 1865 \*, aqueles só tiveram início, no adro da Igreja Matriz, em 1834.

A indicação de que existia um cemitério da Santa Casa da Misericórdia surge no Livro da reforma do inventário de 1789 \*\*, no qual se descreve a casa do Despacho em que a dado momento se indica que esta casa "... tem duas logeas huma tem saída para o semiterio e jardim, ...".

Em 1826, tínhamos então dois cemitérios - o Cemitério da Igreja Matriz e o Cemitério na Igreja da Misericórdia (antiga Igreja Matriz).

Relativamente aos enterramentos na Capela Madre Deus, de resto, já desaparecida; mandada edificar em 1542 por João Martins Gajo, cavaleiro d' El Rei e sua esposa Maria Affonso. Ficava no coração da Vila, perto da praça e Igreja Matriz e foi demolida em Abril de 1898. Sabe-se que aí se faziam enterramentos destinados aos administradores da Capela (cemitério privado), como comprova um texto do Boletim Cultural de 1958 (vol. 1, n.º 1, O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII - Memórias Paroquiais de 1736 a 1758, de Fernando Barbosa, p. 323)

O Regime Liberal marca o início da secularização dos cemitérios, através do Decreto de 21 de Setembro de 1835 \* e o de 8 de Outubro de 1835 \* que tornaram obrigatória a construção em todo o território nacional de cemitérios municipais e paroquiais, e que proibiram o enterramento nas igrejas e capelas. Aspiração partilhada pela Igreja, e agora também pelo Estado, como representantes e promotores do Bem Comum. Esta proibição foi interpretada pela gente simples como uma intromissão do poder civil no domínio da fé e um obstáculo mais à esperança da ressurreição da carne que a casa de Deus punha ao seu alcance.

O "enterrar no descampado, aparecia como uma ofensa sacrílega e um atentado à dignidade humana". O Decreto de 28 de Setembro de 1844 +, ao promulgar a Reforma da Saúde Pública, que incluía a proibição de enterramentos nas igrejas, ainda veio agravar ainda mais a situação. O descontentamento crescente das populações fez deflagrar uma revolta popular,

conhecida por **Revolução do Minho ou Revolta de Maria da Fonte**, em Abril de 1846.

Prova evidente de que quando se “mexe” com a fé de um povo, para eles não há limite.

As freguesias da Póvoa não são referidas nas actas camarárias, mas podemos comprovar pelo documento apresentado este mês, o Mapa da Relação dos Cemiterios Parochiaes e Municipais no Concelho, que existia uma certa repugnância por parte do povo das freguesias rurais em enterrar os seus mortos fora das suas Igrejas Paroquiais, e como tal continuavam a realizar inumações no interior e no adro das Igrejas. O mesmo indica o Mapa de 8 de Novembro de 1865\*. De facto a falta de espaço, o perigo para a saúde pública e os odores nauseabundos da decomposição dos corpos, que levavam a abertura de portas e janelas das igrejas para o seu arejamento e à excessiva utilização de incensos para disfarçar odores, foram motivos relevantes para a passagem dos enterramentos para o exterior das igrejas.

Apesar das contrariedades e da oposição do povo, o processo de criação dos cemitérios não parou. Construíram-se em todas as cidades e comunidades paroquiais. No caso da Póvoa de Varzim o primeiro cemitério público ou municipal que surge é o que se situava no Largo das Dores (onde hoje está situada a antiga cadeia). E o 1º enterramento nesse local dá-se a 10 de Setembro de 1866. Aliás, pode ler-se a descrição desse funeral no Boletim Cultural de 1958, vol. I, n.º 1 (pp.218-219) As memórias do P.e Coentrão de Fernando Barbosa.

Só mais tarde, em 1892, é que surge o então novo cemitério (sito na Rua Almeida Brandão) devido à falta de espaço do anterior. Nesta altura são trasladados todos os cadáveres do antigo para o novo, mas também jazigos, campas e mausoléus seguem o mesmo destino.

Já no presente ano (2007), e pelo mesmo motivo - falta de espaço, surge o novo cemitério municipal da Póvoa de Varzim, o apelidado cemitério n.º 2 situado em Beiriz.

Antes do séc. XIX, só os ricos, e gente importante assinalava com uma mera pedra tumular no chão de uma igreja a perpetuação da sua memória. Todos os outros, desapareciam sob o soalho das igrejas, sem qualquer rasto visual da sua memória. Os cemitérios modernos,

apelidados de Cemitérios Românticos, foram então concebidos para começar a perpetuar a memória dos falecidos.

Os cemitérios oitocentistas foram então começados a serem entendidos como "cidade dos mortos ", arruamentos, espaços ajardinados e belos monumentos começaram a dar forma a um local que até passou a ser local de passeio e encontros. Essa "cidade dos Mortos" deu lugar a um verdadeiro " Museu dos Mortos" onde se espelhavam as vaidades e ostentações das famílias mais favorecidas.

Ainda hoje assim é, mas os cemitérios nunca deixarão de ser o último repouso de todos... ricos ou pobres.

\* documentos que integram o espólio do Arquivo Municipal

\*\* documentos do arquivo da Santa Casa da Misericórdia